



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO



Ao Protocolo Geral do Município,

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **ÁGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 6.214/2023, Concorrência Pública nº 016/2023.

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo nº 7026/24

Data 12 / 04 / 24

Folha 02 Rubrica

Saquarema, 12 de abril de 2024.

Atenciosamente,

Jaqueline Gouveia da Silva
Diretor Adjunta de Apoio ao Pregão
Mat. 20908-6 - PMS

Jaqueline Gouveia da Silva

Diretora Adjunta de Licitação

Assunto: **RECURSO ADMINISTRATIVO - CONCORRÊNCIA
016/2023**
De: LICITAÇÃO ÁGABO <licitacoes@agaboconstrutora.com.br>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 12/04/2024 15:38



-
- RECURSO ORIGINAL SAQUAREMA CC 016-2023.pdf (~10 MB)
 - ASSINATURAS RECURSO - SAQUAREMA.pdf (~435 KB)

Prezados, boa tarde.

Segue em anexo recurso administrativo referente à Concorrência Pública 016/2023.
A validade da assinatura digital pode ser conferida no site validar.iti.gov.br.

Att.
Rodrigo M. Lacerda
Analista de Licitações e Contratos Administrativos
ÁGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA





Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ, Senhor Samuel Aranda Neto.

Processo Administrativo nº. 6.214/2023

Concorrência Pública nº 016/2023.

ÁGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.874.449/0001-30, com sede na Estrada das Mirindibas s/n Lote 04 Quadra 35 – Jardim Primavera – Duque de Caxias - RJ- CEP: 25.215-355, vem, por seu representante legal que adiante subscreve, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 109º, inciso I, alínea “b” da Lei 8.666/93 e item 15 do Edital da Concorrência Pública em epígrafe, e no art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988, e demais disposições aplicáveis, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

em face da decisão da Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou a empresa INOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA como vencedora do certame, conforme as razões adiante aduzidas.

Estrada das mirindibas lt4, qd 35 – Jardim Primavera – Duque de Caxias – RJ. Tel.: (21) 2650-5660 agabocomserv@ig.com.br
CNPJ 04.874.449/0001-30 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 77308504

MARCIO DE
ANDRADE

FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital
por MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:03:06
-03'00'

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Nos termos do inc. I do Art. 109; Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) (...)

b) julgamento das propostas;

(...)

Bem como, nos termos do Edital no item 15.1 onde trás a previsão dos recursos, no qual transcrevemos *ipsis litteris*:

Item 15 DOS RECURSOS

15.1 – Contra todos os atos praticados pela Comissão permanente de Licitações, caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei 8666/93, através do protocolo geral à Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço supra referido no item 1 (Preâmbulo), conforme art. 41, § 1º, da Lei 8666/93 **ou através do endereço eletrônico: licitação@saquarema.rj.gov.br** (grifo nosso), e

Considerando que a ata da sessão pública de abertura de propostas de preço concernente processo licitatório supracitado foi lavrada em 11 de Abril de 2024, o presente recurso é indiscutivelmente tempestivo, posto que protocolado junto ao meio competente no dia 12 de Abril de 2024.

Requer, por conseguinte, seja seu recurso recebido, processado e concedido o efeito suspensivo, e em caso deste Julgador não reconsiderar sua decisão, que seja determinado o encaminhamento do recurso para apreciação do seu Superior Hierárquico, como determina a nossa legislação que regula as licitações públicas.

II – SÍNTESE DOS FATOS


Inicialmente, pertinente ressaltar que a Recorrente apenas tenta buscar a justeza do cumprimento do edital em sua totalidade, bem como a legalidade dos atos praticados na sessão pública de julgamento de propostas de preços, acontecida no ultimo dia 11 de abril próximo passado, no qual fatos incompatíveis com tal legalidade, lisura e vinculação ao edital foram cometidos.




A empresa INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, foi declarada vencedora do certame. Contudo, tal fato aconteceu em desconformidade com o edital, foi verificado na sessão pública que esta não atendeu ao item 11, Proposta de Preços, especificamente item 11.7, (deixando de juntar arquivo digital em pen drive), motivo pelo qual a Recorrente apresenta o presente recurso.

A sessão pública de julgamento de proposta foi permeada de atos eivados de vícios, inclusive de cerceamento de manifestações, de cortes de manifestações dos licitantes, de intervenções da Comissão em tentativas de impor sua visão, o que de forma alguma poderia ter acontecido.

O fato é que a licitante não atendeu ao edital, e contra fatos não há argumentos, a INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, **(NÃO)** atendeu o item 11.7 do Edital em sua integridade, vejamos o exigido conforme abaixo:

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

 **PREFEITURA SAQUAREMA**
TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Processo nº: 6214/2023
FLS: RUBRICA _____

10.6.5. Todos os licitantes deverão apresentar Declaração de Aceitação e Cumprimento aos procedimentos para pessoal e equipamentos (Modelo - Anexo VI- A) e Procedimentos para Pessoal e Equipamentos (informações) conforme Modelo -Anexo VI- B.

11. PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPES “B”

O ENVELOPE “B” deverá conter a Proposta de Preços, que será entregue no dia e hora marcada da licitação, na forma estabelecida abaixo:

11.1. Proposta de Preços em original, no papel timbrado da licitante, datado, carimbado com CNPJ, assinado por seu representante legal, preenchida com clareza, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, conforme Anexo VII;

11.2. Planilha de custos da referida contratação, estimado pela tabela EMOP/SINAPI/SCO-RJ/SICRO e composição do BDI;

11.3. Cronograma físico-financeiro, separado por etapas de execução;

11.4. Nos preços propostos serão computadas todas as despesas para a execução das obras. Os preços propostos considerarão a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente licitação;

11.5. No julgamento das Propostas de Preço por parte da Comissão Permanente de Licitação, havendo discrepância entre valores grifados em algarismo ou por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

11.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar das licitantes que prestem esclarecimentos quanto aos documentos referentes às Propostas de Preços, desde que as informações não alterem os preços apresentados e não correspondam a documentos, que originariamente, deveriam figurar na proposta. O não atendimento ao estabelecido implicará na desclassificação da licitante.

11.7. A licitante deverá apresentar junto com a proposta as planilhas orçamentárias com preço unitário e total de cada item, conforme modelo fornecido pelo Município, impressas em papel timbrado da empresa licitante e arquivo digital em pen drive.

Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Saúde
Rua Coronel Madureira - Centro - Saquarema/RJ, 28.990-756



Em continuidade à sessão pública o Represente da Recorrente após ter apontado a falha da Recorrida, solicitou que fosse consignado em ata o NÃO ATENDIMENTO DO ITEM 11,7, ocorre que a narrativa em Ata foi destorcida, uma vez que a LICITANTE NÃO COLOCOU O PEN-DRIVE JUNTO À PROPOSTA, NÃO ATENDEU AO REQUERIDO! NÃO CUMPRIU COM A PREVISÃO EDITALÍCIA.

Na Ata foi descrito que a licitante havia apresentado proposta “incompleta COM O PEN DRIVE FORA DO ENVELOPE”.

O Item 11.7 diz que a licitante deverá apresentar JUNTO com a proposta as planilhas orçamentárias... **e onde ficam tais documentos, FORA DO ENVELOPE? NEGATIVO, tais documentos ficam DENTRO DOS ENVELOPES DE PREÇOS, logo, o PEN-DRIVE deve estar contido no envelope**, o que não estava, não havia pen-drive e, DO NADA, APÓS SEU PASSEIO, o tal pen-drive apareceu.... estranho!

“Não foi isso que aconteceu, a LICITANTE DEIXOU DE APRESENTAR, se AUSENTOU DA SESSÃO PÚBLICA, JUNTAMENTE COM MEMBRO DA COMISSÃO, VOLTANDO E ALEGANDO QUE ESTAVA DE POSSE DO PEN-DRIVE FORA DO ENVELOPE” – A B S U R D O!

O Representante da Recorrente, de plano manifestou-se quanto ao ato eivado de vício, tendo inclusive requerido que **fosse conferido o conteúdo do suposto pen-drive**, o que foi rechaçado, com o argumento que o equipamento disponível não conseguiria ler o dispositivo.

Novamente o Representante da Recorrente, **ofereceu solução, e colocou-se disponível através do seu Laptop a fim de verificar os arquivos no tal pen-drive, o que também não foi aceito.**

Importa salientar que a Recorrente munida de contundentes elucidações, a qual juntará nos meios que achar pertinente, pretende requisitar, caso o presente recurso seja negado, não só os autos *in totum*, como todos os dispositivos, e requererá por meio representação ao TCE, por meio de mandado de segurança, e por meio de **PERÍCIA TÉCNICA**, a análise dos dispositivos apresentados na sessão, o que acarretará em resposta clara do ocorrido na sessão pública, uma vez que nos dispositivos ficam registrados as datas de inclusão ou exclusão de arquivos, e demonstração de como foi conduzida a sessão pública em total afronta, e desrespeito não só aos licitantes que atenderam à todos os requisitos do edital, como também em desrespeito à legislação e a BOA-FÉ administrativa.

III - DAS RAZÕES DA REFORMA

A Administração Pública deve se ater à Lei e ao Edital, porque os Atos Administrativos são **vinculados**, e não é só isso, há diversos princípios que a Administração Pública obrigatoriamente deve atender.



O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos **princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.**

Não obstante á todos os princípios mencionados acima, um dos mais importantes é o PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE, que determina ao administrador a **conduta impessoal**, ou seja, imparcial, justa. Qualquer **preferência** de ordem pessoal deverá ser afastada. Também chamado de “princípio da finalidade”

A Administração Pública deve produzir seus Atos em conformidade ao DETERMINADO EM LEI, e desta determinação não pode ser afastar, este princípio pode ser compreendido como a própria noção do Estado de Direito, sendo o mecanismo constitucional que impõe a Administração Pública sua **restrita observância.**

O Princípio da Legalidade vincula o administrador a fazer apenas o que a lei autoriza, sendo que, na licitação, o procedimento deverá desenvolver-se não apenas com observância estrita às legislações a ele aplicáveis, mas também ao regulamento, caderno de obrigações e ao próprio edital, segundo Hely Lopes Meirelles. Ainda, considerando o disposto no art. 4º da Lei 8.666/93, todos quantos participem da licitação, têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo que o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativa ou judicialmente o procedimento.

Sabemos que o Edital FAZ LEI ENTRE AS PARTES, e que a Administração Pública não pode se furtar nem se desviar do que está contido, descrito e requerido no edital.

Reforçando o tema, pertinente destacar que é de amplo conhecimento que o Edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARI: “(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento” (GASPARI, Diógenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487).

Nesse toar é a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna”. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41).

Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e superiores o complementam, ainda, que não reproduzidas em seu texto, como bem diz Hely Lopes Meirelles, o edital é “a matriz da licitação e do contrato”; **daí não se**

pode exigir ou decidir além ou aquém do edital””. Curso de Direito Administrativo. 29ª edição. Malheiros. 2012, p. 594-5.

Vejamos alguns julgados:

TJ-MG - Ap Cível/Rem Necessária: AC XXXXX04814768001 MG

Jurisprudência • Acórdão • **MOSTRAR DATA DE PUBLICAÇÃO**

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. **LICITAÇÃO**. PREGÃO. **VINCULAÇÃO AO EDITAL**. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. HABILITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO **EDITAL**. VÍCIO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos os concorrentes, também atenderá aos princípios da legalidade, da **vinculação** ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei n.º 8.666/93). Não comprovado o cumprimento das exigências do **edital de licitação**, há de ser reconhecida a ilegalidade da habilitação e contratação da empresa vencedora. Em reexame necessário, confirmar a sentença. Recurso de apelação prejudicado.

TJ-MT - XXXXX20208110000 MT

Jurisprudência • Acórdão • **MOSTRAR DATA DE PUBLICAÇÃO**

MANDADO DE SEGURANÇA - **LICITAÇÃO** - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - DESCLASSIFICAÇÃO - INOBSERVÂNCIA AO **EDITAL** - PRINCÍPIO DA **VINCULAÇÃO** AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. 1. “O princípio da **vinculação** ao **edital** restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpru as exigências estabelecidas no ato convocatório” (STJ, 2.ª Turma, REsp. n.º 595.079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 22.09.2009). 2. Ausente direito líquido e certo a ser amparado na via mandamental. 3. Ordem denegada. Agravo Interno prejudicado.

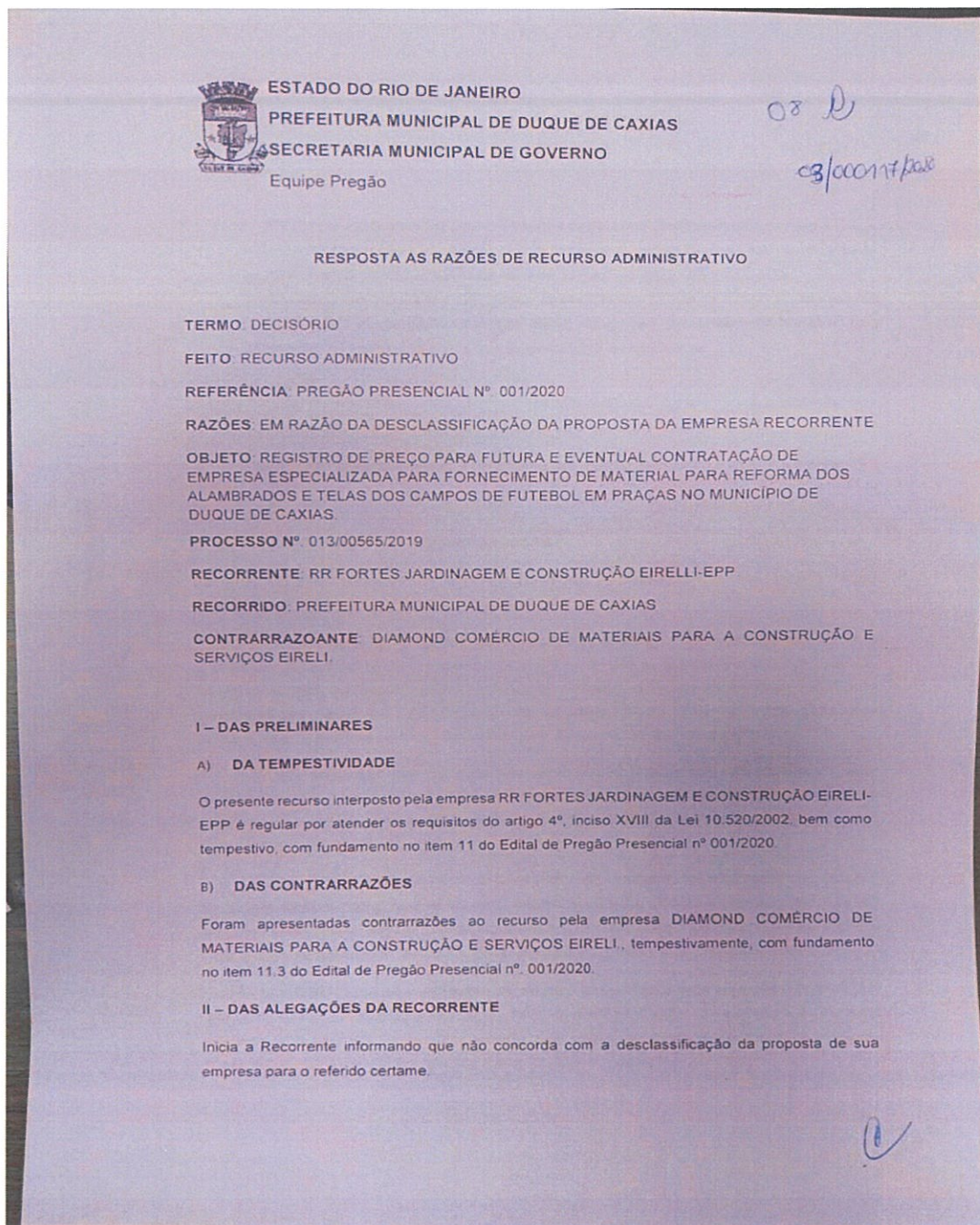
Assim, a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, **bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes**, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Contudo no caso em tela a Comissão se afastou, não observou a sua vinculação, não observou a legalidade dos seus atos, já que consagrou vencedora empresa que **não atendeu ao edital**.

Importante ressaltar que no caso em comento houve igualmente a afronta ao **Princípio da Isonomia ou Igualdade**, que consiste na idéia de **que todos devem receber tratamento paritário**, em situações uniformes, não sendo admitidos privilégios ou discriminações arbitrárias.

TODOS OS LICITANTES ATENDENDERAM E ENTREGARAM AS SUAS MÍDIAS CONTENDO OS ARQUIVOS DIGITAIS DE SUA PROPOSTA EM PEN-DRIVE, CONTUDO A VENCEDORA NÃO ENTREGOU, E MESMO ASSIM A COMISSÃO SAGROU VITORIOSA DO CERTAME, uma clara violação, e decisão arbitrária que maculou o resultado, devendo de plano ser revista tornando-a nula, uma vez que se constitui preferência subjetiva do administrador, sem contar a condução da sessão.

As COMISSÕES DE LICITAÇÃO em outros Municípios em casos análogos, atenderam aos desígnios legais, vejamos julgamento com a mesma celeuma, ausência da mídia (pen-drive), julgado pelo Município de Duque de Caxias:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

08 D
03/00017/2020

RESPOSTA AS RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO DECISÓRIO
FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO
REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020
RAZÕES: EM RAZÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA RECORRENTE
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DOS ALAMBRADOS E TELAS DOS CAMPOS DE FUTEBOL EM PRAÇAS NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCESSO Nº. 013/00565/2019
RECORRENTE: RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP
RECORRIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONTRARRAZOANTE: DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

I – DAS PRELIMINARES
A) DA TEMPESTIVIDADE
O presente recurso interposto pela empresa RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP é regular por atender os requisitos do artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, bem como tempestivo, com fundamento no item 11 do Edital de Pregão Presencial nº 001/2020.
B) DAS CONTRARRAZÕES
Foram apresentadas contrarrazões ao recurso pela empresa DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI., tempestivamente, com fundamento no item 11.3 do Edital de Pregão Presencial nº. 001/2020.

II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE
Inicia a Recorrente informando que não concorda com a desclassificação da proposta de sua empresa para o referido certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

09/0
08/000117/2000

- 1 - Alega que a empresa ora requerida teve sua proposta desclassificada por motivos que não se justificam e não se sustentam em nenhuma corte, ocorrendo um equívoco por parte da pregoeira ao impedir a ampliação da disputa e garantir os melhores preços
- 2 - Aduz ainda que a decisão da Pregoeira, de desclassificação da recorrente vai de encontro com o princípio da competitividade, pois acaba por excluir do procedimento licitatório, uma licitante em conformidade com todas as atribuições legais para tal.

Por fim, requer

- Que seja revista e reformada a decisão de desclassificação da recorrente;
- Não sendo acatado o pedido acima formulado, que seja remetido à autoridade superior.

III - DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZOANTE

Em contrarrazões recursais a empresa DIAMOND COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI alega que:

1 - Imperiosa se faz a manutenção da inabilitação da licitante RR FORTES JARDINAGEM E CONTRUÇÕES EIRELI-EPP, uma vez que, acaso a Administração Pública desta urbe flexibilize as regras edilicias descumpridas pela mesma, levará a efeito verdadeira afronta aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da legalidade e da Isonomia, todos da alçada constitucional, o que não se pode, nem mesmo por mero amor ao debate, admitir.

2 - Aduz ainda que referente a fala inserida no recurso apresentado pela recorrente é uma alegação absurda, descabida e completamente desarrazoada, uma vez que, além de não ter sido a mesma comprovada pela Recorrente, sendo seu o ônus probandi, ainda imputa a prática de crime à ilustre Pregoeira, o que não se pode admitir.

3 - Portanto, a recorrente, além de ter descumprido os ditames edilícios, ainda quer se valer da própria torpeza- posto que tal conduta, insofismavelmente, afronta o princípio *nemo auditu propriam turpitudinem allegans* - e de argumentos que não possuem nenhum substrato jurídico, para pleitear suposto direito, tentando, ainda, induzir a Pregoeira e sua comissão de apoio ao erro.

Requer que sejam recusadas as razões de recurso apresentadas pela empresa, RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, devendo prosseguir com o certame em comento nos termos da legislação aplicável a espécie, bem como, mantendo como vencedor a licitante DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.

no R
03/000117/2020

IV – DA ANÁLISE

Sem preliminares a examinar, avanço no mérito para demonstrar o acerto da decisão ora impugnada.

Ponderando sobre as questões abordadas nas razões recursais interpostas pela empresa recorrente, vejamos:

- a) Com relação a desclassificação apontada pela recorrente, vejamos que os itens:

7.1.1 No envelope A, além da Proposta por meio documental, o licitante deverá entregar a proposta por meio digital (PEN DRIVE, EM FORMATO EXCEL) da licitante. Etiquetado(s) com as seguintes informações: NOME DA EMPRESA/CNPJ DA EMPRESA E Nº PREGÃO.

8.1.1 A proposta comercial em meio impresso, bem como em forma digital (PEN DRIVE), no FORMATO EXCEL. No meio impresso padronizado fornecido pela Administração (ANEXO II) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchida, em papel timbrado da empresa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar: (...). O que se comprova através de simples leitura, que as empresas devem apresentar a proposta comercial (anexo II) em meio impresso e também em formato digital.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Como trazido por Lúcia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 630).

A desclassificação da empresa se deu devido a violação da vinculação do instrumento convocatório, sendo o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, por isso precisa estar em conformidade com os ditames constitucionais e infraconstitucionais, para o seu devido cumprimento. Diante disto flexibilizar as regras editalícias descumpridas pela empresa RR Fortes Jardinagem e Construções Eirelli-EPP, seria uma afronta a princípios Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Isonomia, Moralidade, Impessoalidade, Legalidade e Julgamento Objetivo.

Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art 41 da Lei n. 8.666/93).

Zele para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 2387/2007 Plenário.

Deixe de aceitar propostas em desacordo com as especificações técnicas, em obediência ao

R



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

11 e
03/000117/2020

princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Faça constar do instrumento convocatório os critérios de aceitabilidade de preços unitários. Não realize o julgamento das propostas e a adjudicação de itens em desacordo com as regras previstas no edital, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 2479/2009 Plenário**

Atente, quando da análise das propostas, para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, abstenendo-se de aprovar propostas desconformes com o edital. **Acórdão 2406/2006 Plenário.**

Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. **Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário).**

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria analisada. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada aquela apresentada nesta análise e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: "Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993".

Salienta-se que empresa ora recorrente não apresentou proposta de preços em formato digital (anexo II) referente ao pregão presencial 001/2020. Como é sabido, o Edital é o instrumento norteador para realização do certame. Todo procedimento a ser seguido para a melhor condução pelo Pregoeiro, vem descrita no Edital, não cabendo a sua desvinculação durante a realização de todo o certame. O Item 8.3 é categórico em afirmar que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

- b) *Expõe que ao ter sua proposta desclassificada, deixou-se de ampliar a disputa e garantir o melhor preço, sendo irreal tal afirmação uma vez que o binômio economicidade x eficiência, princípios basilares da administração pública, foram prestigiados no caso em tela, com obtenção de proposta mais vantajosa para administração pública e preenchendo os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.*

Q

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

Princípio da economicidade conceito.

O princípio da economicidade vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

- C) Cabe ainda ressaltar que o recorrente ao citar, fala dita segundo ele pela pregoeira: "A EMPRESA NÃO APRESENTOU POR MEIO DIGITAL A PROPOSTA E EU ATÉ PODERIA DIGITALA, MAS SE HOUVER ALGUM ERRO, ESTE SERÁ COMETIDO POR MIM, SENDO ASSIM NÃO PODEREI DEIXAR QUE PARTICIPE E POR ISSO DESCLASSIFIQUEI A EMPRESA". O que foi dito pela pregoeira e constado em ata que a empresa: "A PROPOSTA DA EMPRESA RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP CNPJ:12.522.365/0001-37 FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO ENTREGAR EM FORMATO DIGITAL (PEN DRIVE), ANEXO II PROPOSTA DE PREÇO ITEM 8.1.1 DO EDITAL".

Tal alegação apresentada pela empresa e desarrazoada, uma vez que, todo o ocorrido no certame é constado em ata e posteriormente publicada no boletim oficial e portal de transparência, obedecendo a todos os princípios da Lei 8.666/93 os quais destaca-se: Publicidade, Moralidade, Impessoalidade, Legalidade, Vinculação do instrumento convocatório e Julgamento Objetivo.

Verifica-se, dessa forma, estar correta a Pregoeira, visto que está respaldada pela legalidade e em estrita observância aos princípios que regem o certame, entre os quais impõe-se destacar o do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e da economicidade.

IV – CONCLUSÃO

Concluo que as razões de recorrer apresentadas não se mostraram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada.

A Recorrente não apresentou evidência que corroborasse suas alegações. Destarte, não merece prosperar.

Por fim, mantenho a decisão de **DESCLASSIFICAÇÃO** da empresa RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP submetendo a autoridade superior competente, o Ilmo. Engº João Carlos Grilo, para decisão do recurso conforme art 15º do Decreto Municipal nº 7349/19 para providências.

Duque de Caxias, 31 de Janeiro de 2020.

Ana Gabriela Agostini Lopes

Pregoeira



Esse princípio nada mais é do que uma forma de afastar o subjetivismo do julgador no momento do julgamento.

Diante dos fatos expostos e do evidente desatendimento ao Edital, a Recorrida deve ter sua **PROPOSTA DESCLASSIFICADA** nos termos demonstrados, e outros, a partir de argumentos fáticos e jurídicos narrados, por ser o certo a ser feito, por atender assim as especificações legais e editalícias e por ser de lúdima justiça.

IV-DOS PEDIDOS

Em face do exposto, e, com base nos argumentos acima invocados, legislações, posicionamento doutrinário e jurisprudências citadas, REQUEREM A RECORRENTE na forma da Lei, o acolhimento do presente visto que é tempestivo com o provimento *in totum* deste RECURSO ADMINISTRATIVO, COM EFEITO, SUSPENSIVO e, por consequência seja anulada a decisão em apreço, DECLARANDO DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA INOVA INDÚSTRIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, POR NÃO TER ATENDIDO AO ITEM 11.7, NÃO TENDO APRESENTADO O PEN-DRIVE CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Acaso seja mantida a decisão recorrida, sem o provimento do presente recurso, o que se admite apenas por cautela que seja remetido o processo devidamente instruído com o presente recurso, à autoridade hierárquica máxima superior, conforme estabelece o artigo 109, § 4º, observando-se o disposto no § 3º, ambos do Estatuto das Licitações – Lei Federal n.º 8.666/93/93.

No susto da manutenção decisão ora atacada, requer seja fornecida copia do Processo Administrativo no inteiro teor, informando que a Recorrente que instrumentalizará a representação aos órgãos competentes, bem como requererá perícias técnicas anteriormente mencionadas.

Termo em que,

Pede e espera deferimento.

Duque de Caxias, 12 de Abril de 2024

MARCIO DE
ANDRADE

FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital por
MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 14:27:40 -03'00'

Márcio de Andrade Feital – Sócio-diretor
AGABO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

08 D

03/000117/pale

RESPOSTA AS RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020

RAZÕES: EM RAZÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA RECORRENTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DOS ALAMBRADOS E TELAS DOS CAMPOS DE FUTEBOL EM PRAÇAS NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.

PROCESSO Nº. 013/00565/2019

RECORRENTE: RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELLI-EPP

RECORRIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

CONTRARRAZOANTE: DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI.

I – DAS PRELIMINARES

A) DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP é regular por atender os requisitos do artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, bem como tempestivo, com fundamento no item 11 do Edital de Pregão Presencial nº 001/2020.

B) DAS CONTRARRAZÕES

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso pela empresa DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI., tempestivamente, com fundamento no item 11.3 do Edital de Pregão Presencial nº. 001/2020.

II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Inicia a Recorrente informando que não concorda com a desclassificação da proposta de sua empresa para o referido certame.

0



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Equipe Pregão

09 0
03/000147/2020

- 1 - Alega que a empresa ora requerida teve sua proposta desclassificada por motivos que não se justificam e não se sustentam em nenhuma corte, ocorrendo um equívoco por parte da pregoeira ao impedir a ampliação da disputa e garantir os melhores preços.
- 2- Aduz ainda que a decisão da Pregoeira, de desclassificação da recorrente vai de encontro com o princípio da competitividade, pois acaba por excluir do procedimento licitatório, uma licitante em conformidade com todas as atribuições legais para tal.

Por fim, requer:

- Que seja revista e reformada a decisão de desclassificação da recorrente;
- Não sendo acatado o pedido acima formulado, que seja remetido à autoridade superior.

III - DAS ALEGAÇÕES DA CONTRARRAZOANTE

Em contrarrazões recursais, a empresa DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI alega que:

1 – Imperiosa se faz a manutenção da inabilitação da licitante RR FORTES JARDINAGEM E CONTRUÇÕES EIRELI-EPP, uma vez que, acaso a Administração Pública desta urbe flexibilize as regras edilícias descumpridas pela mesma, levará a efeito verdadeira afronta aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da legalidade e da Isonomia, todos da alçada constitucional, o que não se pode, nem mesmo por mero amor ao debate, admitir.

2- Aduz ainda que referente a fala inserida no recurso apresentado pela recorrente é uma alegação absurda, descabida e completamente desarrazoada, uma vez que, além de não ter sido a mesma comprovada pela Recorrente, sendo seu o ônus probandi, ainda imputa a prática de crime à ilustre Pregoeira, o que não se pode admitir.

3 – Portanto, a recorrente, além de ter descumprido os ditames edilícios, ainda quer se valer da própria torpeza- posto que tal conduta, insofismavelmente, afronta o princípio *nemo auditu propriam turpitudinem allegans* - e de argumentos que não possuem nenhum substrato jurídico, para pleitear suposto direito, tentando, ainda, induzir a Pregoeira e sua comissão de apoio ao erro.

Requer que sejam recusadas as razões de recurso apresentadas pela empresa, RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP, devendo prosseguir com o certame em comento nos termos da legislação aplicável a espécie, bem como, mantendo como vencedor a licitante DIAMOND COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

10 P
03/000118/2020

IV – DA ANÁLISE

Sem preliminares a examinar, avanço no mérito para demonstrar o acerto da decisão ora impugnada.

Ponderando sobre as questões abordadas nas razões recursais interpostas pela empresa recorrente, vejamos:

- a) Com relação a desclassificação apontada pela recorrente, vejamos que os itens:
- 7.1.1 No envelope A, além da Proposta por meio documental, o licitante deverá entregar **a proposta por meio digital (PEN DRIVE, EM FORMATO EXCEL)** da licitante. Etiquetado(s) com as seguintes informações: NOME DA EMPRESA/CNPJ DA EMPRESA E Nº PREGÃO.
- 8.1.1 A proposta comercial em meio impresso, bem como em **forma digital (PEN DRIVE)**, no **FORMATO EXCEL**. No meio impresso padronizado fornecido pela **Administração (ANEXO II)** ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchida, em papel timbrado da empresa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar: (...). O que se comprova através de simples leitura, que as empresas devem apresentar a proposta comercial (anexo II) em meio impresso e também em formato digital.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Como trazido por Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p.530).

A desclassificação da empresa se deu devido a violação da vinculação do instrumento convocatório, sendo o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, por isso precisa estar em conformidade com os ditames constitucionais e infraconstitucionais, para o seu devido cumprimento. Diante disto flexibilizar as regras editalícias descumpridas pela empresa RR Fortes Jardinagem e Construções Eirelli-EPP, seria uma afronta a princípios Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Isonomia, Moralidade, Impessoalidade, Legalidade e Julgamento Objetivo.

Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art 41 da Lei n. 8.666/93).

Zeie para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 2387/2007 Plenário.**

Deixe de aceitar propostas em desacordo com as especificações técnicas, em obediência ao

P



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Equipe Pregão

11 @
03/000117/2020

princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Faça constar do instrumento convocatório os critérios de aceitabilidade de preços unitários. Não realize o julgamento das propostas e a adjudicação de itens em desacordo com as regras previstas no edital, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 2479/2009 Plenário**

Atente, quando da análise das propostas, para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, abstendo-se de aprovar propostas desconformes com o edital. **Acórdão 2406/2006 Plenário.**

Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993 a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. **Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário).**

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria analisada. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada nesta análise e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: "Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993".

Salienta-se que a empresa ora recorrente não apresentou proposta de preços em formato digital (anexo II) referente ao pregão presencial 001/2020. Como é sabido, o Edital é o instrumento norteador para realização do certame. Todo procedimento a ser seguido para a melhor condução pelo Pregoeiro, vem descrita no Edital, não cabendo a sua desvinculação durante a realização de todo o certame. O Item 8.3 é categórico em afirmar que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

- b) *Expõe que ao ter sua proposta desclassificada, deixou-se de ampliar a disputa e garantir o melhor preço, sendo irrelevante tal afirmação uma vez que o binômio economicidade x eficiência, princípios basilares da administração pública, foram prestigiados no caso em tela, com obtenção de proposta mais vantajosa para administração pública e preenchendo os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.*

@



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Equipe Pregão

013/CCO 117/2020

120

Princípio da economicidade conceito:

O princípio da economicidade vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

- C) Cabe ainda ressaltar que o recorrente ao citar fala dita segundo ele pela pregoeira "A EMPRESA NÃO APRESENTOU POR MEIO DIGITAL A PROPOSTA E EU ATÉ PODERIA DIGITA LA, MAS SE HOVER ALGUM ERRO, ESTE SERÁ COMETIDO POR MIM, SENDO ASSIM NÃO PODEREI DEIXAR QUE PARTICIPE, E POR ISSO DESCLASSIFIQUEI A EMPRESA". O que foi dito pela pregoeira e constado em ata que a empresa: "A PROPOSTA DA EMPRESA RRFORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP CNPJ:12.622.365/0001-37. FOI DESCLASSIFICADA, POR NÃO ENTREGAR EM FORMATO DIGITAL (PEN DRIVE), ANEXO II PROPOSTA DE PREÇO ITEM 8.1.1 DO EDITAL."

Tal alegação apresentada pela empresa é desarrazoada, uma vez que, todo o ocorrido no certame é constado em ata e posteriormente publicada no boletim oficial e portal de transparência, obedecendo a todos os princípios da lei 8.666/93 os quais destaca-se: Publicidade, Moralidade, Impessoalidade, Legalidade, Vinculação do instrumento convocatório e Julgamento Objetivo.

Verifica-se, dessa forma, estar correta a Pregoeira, visto que está respaldada pela legalidade e em estrita observância aos princípios que regem o certame, entre os quais impõe-se destacar o do julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e da economicidade.

IV – CONCLUSÃO

Concluo que as razões de recorrer apresentadas não se mostraram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada.

A Recorrente não apresentou evidência que corroborasse suas alegações. Destarte, não merece prosperar.

Por fim, mantenho a decisão de DESCLASSIFICAÇÃO da empresa RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELLI-EPP submetendo à autoridade superior competente, o Ilmo. Engº João Carlos Grilo, para decisão do recurso conforme art 15º do Decreto Municipal nº 7349/19 para providências.

Duque de Caxias, 31 de Janeiro de 2020.

Ana Gabriela Agostini Lopes

Pregoeira



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS



Fls.

Processo: 003/000117/2020.

A Secretaria Municipal de Governo – Setor de Licitação.


Senhor Secretário,

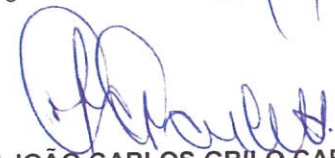
Trata o presente de Recurso Administrativo interposto pela empresa RR FORTES JARDINAGEM E CONSTRUÇÃO EIRELLI – EPP, referente ao Pregão Presencial SRP 001/2020, contra decisão que a desclassificou pela não apresentação de proposta por meio digital como determina o Edital de Licitação.

Tendo em vista o que consta nos autos, corroboramos com a decisão proferida pela Pregoeira, manifestando-nos pelo improvimento do recurso interposto.

Duque de Caxias, 04 de fevereiro de 2020.


ENG.º VALBER RODRIGUES JANUÁRIO
Subsecretário Operacional – SMO
Matrícula n.º 35.177-6


DR.º JOSÉ RIBAMAR DE C. RANGEL
Subsecretário Jurídico – SMO
Matrícula n.º 35.505-4


ENG.º JOÃO CARLOS GRILO CARLETTI
Secretário Municipal de Obras
Matrícula n.º 35.145-8

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:0747994
9782

Assinado de forma
digital por MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12
12:29:09 -03'00'



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949
782

Assinado de forma digital
por MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12
12:29:27 -03'00'

PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

Ata de Certame – Continuidade com Resultado Abertura dos Envelopes “B” de Proposta

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 11:00 horas à Rua Segisfredo de Oliveira Bravo, nº 86, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Caroline Santos Ramos Marinho, Flavio Fernandes José da Silva e Ricardo Sodré Aguiar, nomeados através da Portaria Nº 553 de 14 de julho de 2023, para julgamento do Processo nº 6.214/2023, Concorrência Pública nº 016/2023, do tipo menor preço global, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA, COM EMPREGO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA REFORMAR E MODERNIZAR (ADEQUAR) AS INSTALAÇÕES DA UNIDADE HOSPITALAR PORPHIRIO NUNES DE AZEREDO, LOCALIZADO NO 2º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, NO BAIRRO DE BACAXÁ,** conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. As retiradas do Edital ocorreram pelo Portal de Compras e Licitações. Em continuidade, compareceram as seguintes empresas conforme tabela abaixo:

FORNECEDOR	REPRESENTANTE LEGAL
CONSÓRCIO HMPNA (MIDAS ENGENHARIA LTDA. E M3 MANUTENÇÃO E MONTAGENS LTDA.)	LAÍS DA SILVA BARCELOS TORRES
ÁGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	RODRIGO MEDEIROS LACERDA
INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.	LEANDRO RAMOS PEDROSA
SOLUTIONS WORD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	LEONARDO DA SILVA CHAVÃO

As demais empresas estiveram ausentes nesta fase do certame. O presidente iniciou a sessão com a abertura dos envelopes “B” das empresas habilitadas, onde verificou-se que:

1) a empresa **INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA** atendeu a todas as exigências do edital e apresentou menor valor de proposta, de R\$ 11.683.280,96 (onze milhões, seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta reais e noventa e seis centavos),



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº _____

FLS. _____ RUBRICA _____

sendo declarada **HABILITADA** e **VENCEDORA** do objeto do certame. O representante da empresa **ÁGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** faz constar em ata que: "a empresa **INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA** não cumpriu com o item 11.7 do Edital, que diz respeito a parte da proposta de preços, estando a mesma, incompleta, com o pen drive fora do Envelope de Proposta", o representante da empresa **INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA** manifesta que estava com o pen drive em mãos, o Presidente da CPL faz constar em ata que os pen drives ficarão acautelados junto a comissão, no departamento de Licitações e Contratos. Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 12:30 horas, da qual eu, Samuel Aranda Neto, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:074799497
82

Assinado de forma digital
por MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12
12:29:47 -03'00'


Samuel Aranda Neto
Presidente

Jaqueline Gouveia da Silva

Ricardo Sodré Aguiar


Flavio Fernandes José da Silva

Caroline Santos Ramos Marinho

PROponentes:



CONSÓRCIO HMPNA (MIDAS ENGENHARIA LTDA. E M3 MANUTENÇÃO E MONTAGENS LTDA.)


AGABO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.


INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.


SOLUTIONS WORD COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.







Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0686386-9

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2022/360626-0

06/05/2022 12:02:44

JUCERJA

Último arquivamento:

00003873638 - 14/05/2020

NIRE: 33.2.0686386-9

AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA

Boleto(s): 104019111

Hash: B54EBEB2-A30F-4249-BADD-0458B2BD844C

Orgão	Calculado	Pago
Junta	413,00	413,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

06/05/2022

Data

Nome:	Everton Generoso de Assuncao Ferreira
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2135509457
E-mail:	evertongaf@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	06/05/2022
Data da 1ª entrada:	



00-2022/360626-0

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital por
MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:30:23
-03'00"

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0686386-9 Protocolo: 00-2022/360626-0 Data do protocolo: 06/05/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2022 SOB O NÚMERO 00004876954 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D719D4513E0777E92BA4536D70ACB3652F3B01B875E0D92B43D46AA3E1C16EB6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/6

**DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA
AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 04.874.449/0001-30
I.E: 77.308.504
NIRE: 332.0686386-9**

Pelo presente instrumento particular de alteração e em comum acordo, os abaixo assinados:

MARCIO DE ANDRADE FEITAL, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, nascido em 09/09/1978, empresário, portador da carteira de identidade nº 10.505.555-2 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 074.799.497-82, residente e domiciliado na Rua Ana Nery, 1003, Bloco 02, Apto. 1003, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias, RJ, CEP: 25.070-420.

Único sócio e componente da sociedade empresária limitada denominada “**AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA**” que tem sede e foro na Estrada das Mirindibas, S/N, Quadra 35, Lote 4, Chácara Rio-Petrópolis, Duque De Caxias – RJ CEP: 25215-355, inscrita no CNPJ sob nº **04.874.449/0001-30**, cujo a décima segunda alteração contratual encontra-se arquivada sob o NIRE nº **332.0686386-9**, resolvem de comum acordo promover a décima terceira alteração contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

O capital social é elevado para **RS6.000.000,00** (seis milhões de reais), mediante o aproveitamento dos lucros e dividendos no valor de **RS2.000.000,00** (dois milhões de reais), aumento este distribuído de forma proporcional a atual participação do sócio.

CLÁUSULA SEGUNDA: CONSOLIDAÇÃO

Em consequência das alterações introduzidas neste instrumento, o sócio único **MARCIO DE ANDRADE FEITAL**, resolve livremente tornar sem efeito todas as cláusulas e condições do contrato social até agora vigente, mantendo, contudo, todas as obrigações e prerrogativas decorrentes de instrumentos anteriores, estabelecendo novas cláusulas e condições para o contrato social, passando a ter a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA
AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 04.874.449/0001-30
I.E: 77.308.504
NIRE: 332.0686386-9**

Por este instrumento particular **MARCIO DE ANDRADE FEITAL**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, nascido em 09/09/1978, empresário, portador da carteira de identidade nº 10.505.555-2 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 074.799.497-82, residente e domiciliado na Rua Ana Nery, 1003, Bloco 02, Apto. 1003, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias, RJ, CEP: 25.070-420, constitui uma **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

DENONINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social “**AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA**”.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sede na Estrada das Mirindibas, S/N, Quadra 35, Lote 4, Chácara Rio-Petrópolis, Duque De Caxias – RJ CEP: 25215-355, podendo ou não estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional.

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital por
MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:30:54
+03'00'

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade empresária limitada tem por objeto social, as atividades listadas conforme CNAES abaixo:

42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *)
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos (Dispensada *)
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico (Dispensada *)
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade empresária limitada terá sua duração por tempo indeterminado.

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões reais), dividido em 6.000.000 (seis milhões) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

Sócio	%	Quotas	Valor R\$
MARCIO DE ANDRADE FEITAL	100	6.000.000	R\$6.000.000,00
Total	100	6.000.000	R\$6.000.000,00

Parágrafo primeiro: A responsabilidade do único sócio é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo: Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

ADMINISTRAÇÃO E PROLABORE

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade limitada unipessoal caberá ao único sócio **MARCIO DE ANDRADE FEITAL**, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

Parágrafo primeiro: O administrador da sociedade limitada unipessoal compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

Parágrafo segundo: Faculta-se ao sócio administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo terceiro: O sócio administrador, poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital por
MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:31:15 -03'00'



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0686386-9 Protocolo: 00-2022/360626-0 Data do protocolo: 06/05/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2022 SOB O NÚMERO 00004876954 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D719D4513E0777E92BA4536D70ACB3652F3B01B875E0D92B43D46AA3E1C16EB6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio único, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único: Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DO SÓCIO ÚNICO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

CLÁUSULA OITAVA: Falecendo ou interditado o único sócio da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA NONA: A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do único sócio, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio da sócia.

DESIMPEDIMENTO

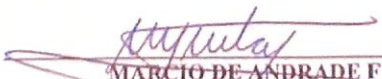
CLÁUSULA DÉCIMA: O sócio administrador declara sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da comarca da Cidade de Duque de Caxias, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Lavrado em 01 (uma) via, lido, compreendido, conferido e elaborado de conformidade com a intenção do sócio único ora presente e que o mesmo assina o presente instrumento de Constituição de Sociedade Limitada unipessoal, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2022


MARCIO DE ANDRADE FEITAL
CPF nº 074.799.497-82

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital
por MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:31:34
-03'00'



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA, NIRE 33.2.0686386-9, PROTOCOLO 00-2022/360626-0, ARQUIVADO EM 06/05/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004876954, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
114.253.027-26	EVERTON GENEROSO DE ASSUNCAO FERREIRA

06 de maio de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

MARCIO DE
ANDRADE
FEITAL:07479949782

Assinado de forma digital
por MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:31:55
-03'00'

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGABO COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0686386-9 Protocolo: 00-2022/360626-0 Data do protocolo: 06/05/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2022 SOB O NÚMERO 00004876954 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D719D4513E0777E92BA4536D70ACB3652F3B01B875E0D92B43D46AA3E1C16EB6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Assinado de forma digital por
MARCIO DE ANDRADE
FEITAL:07479949782
Dados: 2024.04.12 12:32:19 -03'00'

⚠️ **Atenção:** O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: RECURSO ORIGINAL SAQUAREMA CC 016-2023.pdf
Hash: 9fc21ad545877afa1ba4deb3912981a62fc63ad3a6947308f2cc1489a221601e
Data da validação: 12/04/2024 15:33:28 BRT



Informações da Assinatura:

Assinado por: MARCIO DE ANDRADE FEITAL
CPF: ***.799.497-**
Nº de série de certificado emitente: 505822690157885279258664
Data da assinatura: 12/04/2024 12:03:06 BRT



Assinatura aprovada.



Esta assinatura se repete mais **28** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

[Ver Relatório de Conformidade](#)

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.



[Avaliar](#)

ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)

[Sobre](#)

[Dúvidas](#)

[Informações](#)

[Fale Conosco](#)

ASSUNTOS

[Auditoria ICP-Brasil](#)

[Cadastro de Agente de Registro - CAR](#)

[Certificado Digital](#)

[Comitê Gestor](#)

[Consulta Pública](#)

[Credenciamento](#)

[Fiscalização](#)

[Homologação](#)

[ICP-Brasil](#)

[Legislação](#)

[Notícias](#)

[Protocolo Digital ITI](#)

[Publicações Técnicas](#)

[Repositório](#)

[Navegadores](#)

ACESSO À INFORMAÇÃO

[Institucional](#)

[Ações e Programas](#)

[Participação Social](#)

[Auditorias](#)

[Convênios e Transferências](#)

[Receitas e Despesas](#)

[Licitações e Contratos](#)

[Servidores ITI](#)

[Informações Classificadas](#)

[Serviço de Informação ao Cidadão - SIC](#)

[Perguntas Frequentes](#)

[Dados Abertos](#)

[Sensações Administrativas](#)

Ferramentas e aspectos tecnológicos

Agendas do ITI

Privacidade e Proteção de Dados

CENTRAIS DE CONTEÚDO

Aplicativos

Glossário

Opinião do Diretor Presidente

Artigos

CANAIS DE ATENDIMENTO

Imprensa

Ouvidoria

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

REDES SOCIAIS/CANAIS

Facebook

Twitter

Linkedin

Instagram

Youtube

Flickr

Telegram

CERTFORUM

REDES SOCIAIS



Texto destinado à exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.